

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.742 - MG (2019/0297787-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : LEONARDO VENANCIO DOS SANTOS
RECORRENTE : ROMARIO ANGELO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LEONARDO VENANCIO DOS SANTOS e ROMARIO ANGELO DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante na posse de **5,22g (cinco gramas e vinte e dois centigramas) de crack, de 8,93g (oito gramas e noventa e três centigramas) de maconha e de 1,80g (um grama e oitenta centigramas) de cocaína**, tendo-lhes sido imputadas as práticas delitivas tipificadas nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a prisão preventiva foi mantida pelo Tribunal local com lastro nestas justificativas (e-STJ fls. 119/122):

Consta dos autos que os pacientes foram presos em flagrante no dia 28/07/2019, pela prática, em tese, dos delitos de tráfico e associação para o tráfico ilícito de drogas.

Após detida análise dos autos, entendo que razão não assiste ao impetrante.

No caso em análise, a douta Magistrada, ao manter a segregação provisória dos pacientes, o fez nos seguintes termos: '[...] Considerando a ausência de modificação do contexto fático existente quando da homologação do Auto de Prisão em Flagrante e decretação da prisão preventiva do conduzido, ratifico a decisão de fls. 43/45 por seus judiciosos fundamentos [...]' (fls. 58 – doc. único).

Dessa forma, verifica-se que a MMª Juíza fez remissão aos fundamentos utilizados quando do decreto de custódia provisória, o qual foi procedido para a garantia da ordem pública, considerando as circunstâncias fáticas e a periculosidade dos agentes. In verbis:

[...] Extraí-se do feito que a polícia militar foi acionada para averiguar denúncia anônima da prática de tráfico de drogas na residência do alcunhado 'Piraúba', indivíduo já conhecido no meio policial pelo envolvimento com a mercancia de entorpecentes.

De acordo com o Policial Militar condutor (fl. 03) ao chegarem no

Superior Tribunal de Justiça

local, depararam-se com o flagrado Leonardo saindo da residência, em companhia do adolescente infrator R.H.S., sendo ambos abordados.

No mesmo momento, os policiais visualizaram o investigado João Victor Venâncio Polari e o flagranteado Romário, os quais evadiam pelos fundos da casa, sendo este último alcançado.

Em busca pessoal nos indivíduos abordados, com eles foram localizadas quantias em dinheiro.

No interior da residência alvo da denúncia em que os flagrados se encontravam, foram encontrados dois aparelhos celulares, 5,22g (cinco gramas e vinte e dois centigramas) de cocaína petrificada em vinte e cinco porções de crack (f. 14), 8,93g (oito gramas e noventa e três centigramas) de Cannabis sativa L, popularmente conhecida como maconha, acondicionados em quatro 'buchas' e 1,80g (um grama e oitenta centigramas) de cocaína, acondicionada em um pino.

Analisando o Auto de Prisão em Flagrante, não se vislumbram vícios a justificar o relaxamento da prisão, tampouco a concessão de liberdade provisória, senão vejamos.

A prova da materialidade resta demonstrada pelo Exame preliminar de drogas de abuso (fls. 14/19).

Existem fortes indícios de autoria e de tipicidade da conduta delitiva atribuída aos investigados, pelo que se conclui que presentes os pressupostos para o decreto de sua prisão preventiva, necessária para assegurar a aplicação da Lei Penal e garantir a ordem pública, salvaguardando os interesses da coletividade.

As circunstâncias em que ocorreu a prisão, fornecem elementos de convicção e indícios suficientes do cometimento do crime de tráfico de drogas pelos investigados, em associação, condutas dotadas de grande censurabilidade e gravidade.

Ressalta-se que o delito de tráfico de drogas comina pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos, o que se enquadra no requisito objetivo da hipótese previstas pelo artigo 313, I, do CPP.

Verifica-se que o fumus comissi delicti restou demonstrado, conforme se constata no APF, precisamente através dos depoimentos, dos quais é possível extrair elementos indicativos da prática dos delitos pelo investigado.

O periculum libertatis também se faz presente no caso em tela, pois há notório risco e ameaça à garantia da ordem pública caso os investigados sejam colocados em liberdade, observando-se em suas certidões de antecedentes criminais que se tratam de criminosos contumazes e em cumprimento de pena. Portanto, mostra-se evidenciado que são indivíduos que colocam em risco a paz e segurança almejadas pela sociedade.

Vislumbra-se não apenas a presença do requisito instrumental acima (artigo 313, I, do CPP), como também a dos pressupostos e requisitos fáticos (artigo 312, do CPP).

Frise-se, porque relevante, que, no caso vertente, em vista dos motivos expostos, para se assegurar a ordem pública, penso que não seja eficaz a concessão de liberdade provisória ou a aplicação de qualquer outra medida cautelar diversa da prisão, nem mesmo a fiança, conforme interpretação que se extrai dos artigos 321 e 324,

Superior Tribunal de Justiça

IV, ambos do Diploma legal mencionado. [...] (fls. 50/52 – doc. único).

Portanto, não há que se falar em ausência de fundamentação das referidas decisões como justificativa para concessão da ordem, sobretudo porque o juízo a quo narrou com riqueza de detalhes como os fatos se deram, não tendo se baseado tão-somente na gravidade do delito.

Com efeito, verifica-se das Certidões de Antecedentes Criminais (fls. 44/48 – doc. único) que **os pacientes são reincidentes**, sendo que **Romário possui uma condenação transitada em julgado também por tráfico ilícito de drogas e Leonardo, inclusive, está em cumprimento de pena por roubo majorado e receptação, a demonstrar que ambos possuem personalidade voltada para a prática de ações delituosas, o que indica o risco concreto de reiteração criminosa e a necessidade de se resguardar o meio social.**

[...]

Diante desses fatos, cuja notoriedade dispensa dilação probatória, é lícito ao juízo, no caso de tráfico ilícito de entorpecentes, invocar a perturbação da ordem pública como fundamento justificador da custódia cautelar.

Assim, não obstante os judiciosos argumentos do impetrante, considero acertadas as decisões supramencionadas, uma vez que a prisão cautelar se revela necessária para o resguardo da ordem pública no seu mais amplo espectro, nos termos do artigo 312, do Código de Processo Penal.

E, uma vez patenteada a necessidade da prisão, não há que se falar em punição antecipada ou afronta ao princípio constitucional da presunção de inocência.

No que tange à aplicação de medidas cautelares diferentes da prisão, entendo que a aplicação das referidas medidas se revelam inadequadas em virtude da gravidade dos crimes imputados aos requerentes.

Por fim, saliente-se que é pacífico na doutrina e na jurisprudência que as eventuais condições pessoais favoráveis dos agentes não obstam a segregação provisória, desde que essa se manifeste necessária nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. (Grifei.)

No presente recurso, a defesa alega ausência de fundamentação idônea e, portanto, concreta para sustentar a prisão dos recorrentes.

Aponta irregularidade do decreto prisional, pois *"os pacientes foram presos em flagrante delito que foi convertido em prisão preventiva aos 15/06/2019 às 12 horas e 30 minutos. Assim, vê-se que a autoridade coatora converteu a prisão em*

Superior Tribunal de Justiça

flagrante em preventiva dos pacientes, sem que antes houvesse requerimento do Ministério Público neste sentido, mormente porque no termo da audiência de custódia foi constada a ausência do Promotor de Justiça" (e-STJ fl. 137).

Requer, em liminar, "a concessão da ordem para permitir que o recorrente aguarde solto o julgamento deste recurso" e, no mérito, "a concessão da ordem, observado o voto vencido favorável à defesa, para revogar a prisão preventiva e permitir que o recorrente se defenda solto, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória e, de eventuais recursos raros, para nossas cortes superiores, expedindo-se o competente alvará de soltura" (e-STJ fls. 143/144).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

